

# <sup>235</sup> *Líderes não deixam ataques sem troco*

A partir de agora, as lideranças do Governo no Congresso Nacional, senador José Ignácio Ferreira (PST-ES) e o deputado Renan Calheiros (PRN-AL), estarão em regime de vigilância permanente para dar prontas respostas a todos os fatos relacionados ao Governo. Esta tarefa poderá ser cumprida com maior desenvoltura com a montagem de uma estrutura dentro do Congresso.

O senador José Ignácio esclareceu que o trabalho não se restringirá a manifestações em plenário, abrangendo questões levantadas pela imprensa. Para não deixar passar nada em branco, José Ignácio já pediu um levantamento de todos os fatos, desde o dia 16 de março, que virão a tona enfocados pelos líderes, com respostas dentro da ótica do Governo.

O Governo tem natural interesse em enfrentar as questões, frisou o líder, que iniciou seu trabalho pelo Ministério da Saúde, buscando informações sobre a morte de um bebê, no Distrito Federal, supostamente por descaso do hospital. Além disso, os líderes manterão permanente articulação com os ministérios em relação a projetos de lei de interesse específico, a fim de nortear o acompanhamento devido no Congresso.

O entendimento continuará prevalecendo nas relações do Governo com o Congresso. Foi o que afirmou o líder do Governo no Senado, José Ignácio Ferreira (PST-ES), lembrando que, prova disso é a aprovação da maioria das medidas provisórias sob forma de projetos de conversão.

Um relacionamento "respeitoso", como vem sendo

desde o início do atual Governo que, segundo o líder, se traduz numa boa convivência. O Congresso, por sua vez, observou, não faz exigências de caráter menor e como representante da sociedade haverá de espelhar o pensamento da maioria da opinião pública que aprova, nacionalmente, o Plano de Estabilização Econômica.

Os pleitos de cargo e liberação de verbas por parte de políticos são, na opinião de José Ignácio, "coisas absolutamente comuns". O que muda neste Governo é que o "entendimento não é feito em cima de troca de favores, isto é, não há uma volta ao antigo sistema". Hoje, disse o senador, existem critérios que orientam o Governo na atribuição de nomes para preenchimento de cargos — competência e probidade.